

## O CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO DA PESCA ARTESANAL NO NORTE DO RIO DE JANEIRO: DESIGUALDADES E RESISTÊNCIAS COTIDIANAS

*SPATIAL PRODUCTION CIRCUIT OF ARTISANAL FISHING IN NORTHERN OF RIO DE JANEIRO: INEQUALITIES AND DAILY RESISTANCES*

*CIRCUITO DEL ESPACIO DE LA PRODUCCIÓN DE LA PESCA ARTESANAL EN EL NORTE DE RÍO DE JANEIRO: DESIGUALDADES Y RESISTENCIA DIARIA*

LEAL, Camila Ribeiro

### RESUMO

Após o derramamento de petróleo na costa brasileira durante o segundo semestre de 2019, um dos contextos socioeconômicos mais atingidos foi a pesca artesanal. Escolhemos São João da Barra, no Norte Fluminense, para análise dessa situação geográfica. Objetivamos compreender como o território usado é dinamizado em um lugar onde a economia territorial, enraizada nos pequenos negócios do circuito inferior da economia urbana são realizados frente à eventos que escapam ao controle do lugar. Para tanto, analisaremos a divisão territorial do trabalho na pesca artesanal, problematizando o circuito espacial dessa produção e os seus agentes nos entrepostos comerciais.

**Palavras-Chave:** Derramamento de petróleo. Circuito Espacial Produtivo. Pesca artesanal. Circuito inferior da economia urbana. Norte Fluminense.

### ABSTRACT

After the oil spill on the Brazilian coast during the second half of 2019, one of the most affected socioeconomic contexts was artisanal fishing. We chose São João da Barra, in north of the state of Rio de Janeiro, for analysis of this geographic situation. We aim to understand how the used territory is dynamized in a place where the territorial economy, rooted in small businesses in the lower circuit of the urban economy, is carried out in the face of events that are beyond the control of the place. To do so, we will analyze the territorial division of labor in artisanal fishing, problematizing the spatial production circuit of this production and its agents in commercial warehouses.

**Keywords:** Oil spill. Productive space circuit. Artisanal fishing. Lower circuit of the urban economy. North Fluminense.

### RESUMEN

Después del derrame de petróleo en la costa brasileña durante el segundo semestre de 2019, uno de los contextos socioeconómicos más afectados fue la pesca artesanal. Elegimos São João da Barra, en el norte del estado de Río de Janeiro, para el análisis de esta situación geográfica. Buscamos entender cómo se dinamiza el territorio utilizado en un lugar donde la economía territorial, arraigada en las pequeñas empresas del circuito inferior de la economía urbana, se lleva a cabo frente a hechos que escapan al control del lugar. Para eso, analizaremos la división territorial del trabajo en la pesca artesanal, problematizando lo circuito del espacio de la producción de esa producción y sus agentes en almacenes comerciales.

**Palabras Clave:** Derrame de petróleo. Circuito espacial productivo. Pesca artesanal. Circuito inferior de la economía urbana. Norte Fluminense.

## INTRODUÇÃO

Tendo a pesca artesanal como uma atividade importante para o emprego e a renda, São João da Barra, situado geograficamente no norte do estado do Rio de Janeiro, abriga a Colônia de Pescadores Z2, onde são cadastrados 1.000 associados – distribuídos entre pescadores artesanais e catadores de caranguejo- além de 270 embarcações<sup>1</sup>. Cabe salientar, que assim como outras 1.010 localidades brasileiras, o município também foi atingido pelo derramamento de petróleo no segundo semestre de 2019. Foram necessários 85 dias para que uma mancha de petróleo cru atingisse 4.437km da costa brasileira, ao todo foram 120 municípios em 11 estados, do nordeste ao sudeste entre 30 de agosto de 2019 – quando oficialmente identificado – até 22 de novembro do mesmo ano.

Esse lugar foi aqui interpretado como um lugar de conflito, mas que também se revela como abrigo da força de uma classe trabalhadora pobre e precarizada, resistente aos processos de agentes hegemônicos com a qual é obrigada a conviver todos os dias (Antipon e Cataia, 2018). A pesquisa, no entanto, voltou-se para o circuito espacial de produção local da pesca artesanal de São João da Barra, o recente derramamento de petróleo – entendido aqui como um evento – e seus desdobramentos, delimitando-se, portanto, a este recorte de estudo.

Neste momento tomamos esse evento (SANTOS, 2004 [1996]), como uma consequência das formas de modernização que toma vultos cada vez maiores. Portanto, buscamos estruturar um sistema de conceitos teórico-metodológicos numa tradução geográfica que nos ajude a compreender e mobilizar as categorias explicativas essenciais que vise dar centralidade ao recente derramamento de petróleo na costa brasileira como um evento geográfico e o papel ativo do território na nossa realidade concreta.

Analiticamente, a pesca artesanal é compreendida nesse artigo a partir dos dois circuitos da economia urbana. Por isso, para desenvolver os nossos intentos, uma metodologia que se mostre coesa com o sistema de conceitos que esse texto apresenta e igualmente operacional, é aquela baseada no circuito inferior da economia urbana (Santos, 2004 [1979]; Silveira, 2014; Silveira, 2017, Montenegro 2011). Conceito e metodologia que compreende o resultado indireto da modernização e constitui-se de formas de fabricação de capital não intensivo, como, serviços não modernos fornecidos no varejo e comércio não moderno e de pequena dimensão, voltados sobretudo ao consumo da população de baixa renda (MONTENEGRO, 2011). Portanto, essa compreensão de conceitos nos ajuda a tensionar a discussão para uma economia política da pesca artesanal articulada em rede pois, a economia não anda sozinha, ela não se comporta como um ente alheio às relações sociais e políticas, mas traz em si todos os aspectos da sociedade.

Para maior sustentação à discussão do circuito produtivo local da pesca artesanal de São João da Barra e como essa atividade se conforma nos dois circuitos da economia urbana, foram obtidos dados secundários como: documentos oficiais, levantamento de dados estatísticos referente ao trabalho produtivo na pesca artesanal, relatórios acerca do derramamento de petróleo na costa brasileira, além das buscas em bancos de dados, livros, artigos e revistas.

Desse modo, procuramos analisar como o conceito de circuito inferior da economia urbana (Santos, 2014 [1979]), é importante para essa pesquisa, pois enfatiza as consequências que se fazem presentes na economia dos pequenos produtores, no mercado socialmente necessário (RIBEIRO, 2005) e, na condição espacial e a organização das materialidades da cidade em face da produção e das divisões do trabalho que se articulam (SILVEIRA, 2010).

A pesquisa é apresentada aqui em duas seções, além da introdução e das considerações finais. Na primeira seção "Sabedoria situada e resistência na pesca artesanal: o evento geográfico como uma categoria de análise" apresentamos o recente derramamento de petróleo na costa brasileira como um evento geográfico a partir de uma categoria de análise, como partida para a compreensão da sua relação e reflexão com os sujeitos sociais da pesca artesanal atingidos por esse evento. Na segunda seção "Pensando os circuitos da economia urbana a partir da pesca artesanal, seus atores envolvidos e outros desdobramentos" abarcamos a

1. Estimativa da prefeitura de São João da Barra, Rio de Janeiro, última atualização em 2009. <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-613/petrobras-visita-colonia-de-pesca-de-sao-joao-da-barra>

complexidade do circuito espacial de produção local da pesca artesanal de São João da Barra como pressuposto fundado na teoria dos dois circuitos da economia urbana desse lugar e como a comercialização é conformada na pesca artesanal a partir de agentes e mediadores localizados nos entrepostos comerciais desse setor.

### **SABEDORIA SITUADA E RESISTÊNCIA NA PESCA ARTESANAL: O EVENTO GEOGRÁFICO COMO UMA CATEGORIA DE ANÁLISE**

A pesca artesanal na costa brasileira se constitui como uma atividade laboral desde períodos coloniais, mas neste artigo se apresenta como uma problemática a partir do momento em que essa atividade vem sendo dizimada cotidianamente com o avanço das modernizações ao longo do litoral, revelando efeitos profundos sobre a atividade produtiva dos povos do mar.

Quando apontamos para uma *sabedoria situada*, estamos acenando para uma compreensão que vai ao encontro de formas de conhecimentos localizadas e situadas em um lugar e uma dinâmica de saberes, realizada por atores sociais, que neste contexto se apresenta como as pescadoras e os pescadores artesanais a partir das relações entre sociedade e natureza, bem como as trocas entre os pescadores e outros sujeitos que concerne às relações sociais de produção, isto é, a estrutura da atividade da pesca artesanal baseia-se por vezes em um “caráter familiar e/ou comunitário, ocorre por meio de parceria entre os trabalhadores do barco, ou seja, os parceiros são, em geral, familiares ou com algum grau de parentesco/amizade nos elos da comunidade-vizinhança” (SILVA, 2011, p. 5), e são “essas experiências que criam a unidade básica da vida social” (RIBEIRO, 2005, p. 264).

O cotidiano das pescadoras e pescadores artesanais revela as relações em torno das ações que são por vezes resultantes de resistências coletivas e conflitos da transformação do espaço urbano; desse modo, orientados pela preocupação de ver a cidade como uma totalidade interconectada por diversas divisões do trabalho, em diferentes pedaços do meio construído, buscamos entender como o território constitui um abrigo para os atores não-hegemônicos, na medida em que comporta atividades tão distintas e distantes em termos de graus de organização e de capital (Montenegro, 2011).

Não temos como intenção nesse texto discutir de forma profunda a categoria de evento tão bem discutida anteriormente por Milton Santos dentro da Geografia, mas cabe destacar algumas características que nos guiam para a compreensão do mesmo nesse texto. Por isso, tratamos aqui, a referência explícita ao evento geográfico como uma categoria de análise a partir de uma concepção teórico-metodológica *miltoniana*.

O recente evento analisado aqui é considerado o maior desastre ambiental já registrado na costa do Brasil; o derramamento de petróleo traz consigo as incertezas do atual período, afetando diretamente as pescadoras e pescadores artesanais ao longo dos 120 municípios atingidos ao longo do litoral brasileiro. O evento como uma categoria de análise requer uma reelaboração para compreender o território no atual período da globalização e “a categoria evento une o mundo e o lugar, o tempo e o espaço.” (SANTOS, 1999, p. 6). A crise contemporânea que se desenvolve no tempo corrente do capitalismo, permite que pesquisadores, comprometidos com a estrutura do social, compreendam a realidade a partir do detalhe e dos gestos cotidianos dos sujeitos sociais, essa metodologia de pesquisa – a qual leva em consideração o território usado, o lugar, o senso comum e o espaço herdado – possibilita a garantia de uma reflexão comprometida com a sociabilidade no espaço geográfico (ANTIPON e CATAIA, 2018; RIBEIRO, 2005), esse espaço perde alguns de seus nexos com a totalidade em movimento (RIBEIRO, 2005).

Os sujeitos sociais da pesca artesanal são permeados pelas resistências cotidianas, das suas relações entre homem e natureza e das circunstâncias que as conduzem. Cabe então, analisarmos como este evento transformou e transforma as práticas espaciais e como essas transformações fazem com que tais práticas espaciais se reorganizem, já que os lugares são por excelência o depositário final dos eventos. Os eventos são dados no tempo presente, pois eles acontecem em uma fração de tempo e são portadores de uma ação presente, aliás, tempo e ação são indissociáveis para essa compreensão (SANTOS, 2014 [1996]), ou seja, onde a “ação que se instala se insere num tecido preexistente e seu valor real é encontrado no funcionamento concreto do conjunto. Sua presença também modifica os valores preexistentes” (SANTOS, 2014 [1996], p. 59).

Por mais que outros derramamentos de petróleo já tenham ocorrido<sup>2</sup>, as circunstâncias não são as mesmas mais de uma vez, pois as ações e os lugares são singulares, o que propõem uma nova história e novas mudanças (SANTOS, 2014 [1996]). As áreas de ocorrência desses eventos podem ser parecidas, mas não são idênticas, cada uma das 1.010 localidades atingidas pelo derramamento de petróleo entre agosto à novembro de 2019 é uma combinação quantitativa e qualitativamente específica de variáveis e, é indispensável por isso, delimitar a superfície de incidência ou área de ocorrência do evento, a sua situação e a sua extensão (Santos, 2014 [1996]), por isso escolhemos São João da Barra como portador desse evento.

Precisamos trazer características e tipologias ao nosso evento, por isso estabelecemos então a ideia de evento social (Santos, 2014 [1996]) proposta por Milton Santos, ou seja, é interpretado aqui como um acidente, o que o difere de um evento natural, que poderia ser traduzido através de uma queda de um raio. Então, o evento social nos resulta de uma ação humana, da interação entre os sujeitos, dos seus efeitos sobre os dados naturais e “aqui, é o movimento da sociedade que comanda, através do uso diversificado do trabalho e da informação” (Santos, 1996, p. 147), estamos então classificando o evento e suas ações.

Os eventos sociais são, por vezes, características do período de uma globalização perversa, que geram resistências dos espaços banais e horizontais (SANTOS, 2000), que tomamos aqui como o espaço dos sujeitos sociais da pesca artesanal, que resistem contra os espaços integrados, excludentes e verticais que ameaçam a *sabedoria situada* das pescadoras e pescadores artesanais e “a modernização ainda orientada pela modernidade busca as rupturas e nega a história dos homens comuns. Desse modo também parece negar a vida, trabalho e história dos pescadores. É uma racionalidade que quer ser dominante e com isso arrasa com a história dos lugares” (SILVA, 2011, p.14). E a *sabedoria situada* se conforma na história dos lugares, no saber local das pescadoras e pescadores artesanais justamente porque o saber local “que é nutrido pelo cotidiano, é a ponte para a produção de uma política – é resultado de sábios locais. O sábio local não é aquele que somente sabe sobre o local propriamente dito; tem de saber, mais e mais, sobre o mundo, mas tem de respirar o lugar em si para poder produzir o discurso do cotidiano” (SANTOS, 1999, p. 21).

É compreensível que não haja evento sem ator e evento sem sujeito e, é na pesca artesanal que encontramos a maioria dos sujeitos atingidos pelo derramamento de petróleo, visto que a pesca é a principal atividade da costa brasileira e responsável tanto pela contribuição alimentar quanto por ser importante posto de trabalho, porém ainda vive nos limites contraditórios e paradoxais do capitalismo, por isso, possui uma escala de profundidade, representada pelas dimensões das implicações socioeconômicos do evento no lugar, produzindo uma outra densidade, uma outra espessura do acontecer solidário (SANTOS, 2000). Ao atingir os lugares os eventos produzem situações geográficas, precipitados de *aconteceres solidários* ou circunstâncias com qualidades únicas. O lugar é a trama tecida do acontecer solidário (*ibidem*).

Assim, podemos afirmar que de modo diverso, o evento, sobretudo, o evento social compreendido através da relação teórico-metodológica *miltoniana*, configura-se como uma categoria de análise para abrigarmos ações responsáveis por atores de uma concepção hegemônica no espaço geográfico; essas ações mudam as coisas, transformam os lugares e trazem novas características, que revelam as formas, funções, estruturas e processos que fundam a divisão territorial do trabalho e, assim, compreende como os lugares ao mesmo tempo se diferenciam e, neste caso, se moldam e resistem às imposições desses novos usos do território (SANTOS, 1996; CATAIA, 2013; SILVA, S. 2019).

Há, certamente, muitas maneiras de refletirmos o avanço da modernização sobre as economias tradicionais por se tratar de uma discussão prolixa, pluritemática e multidirecional. Por esse caminho, Ana Clara Torres Ribeiro (2005), indica que a alienação difundida pelas articulações do capitalismo adquire uma dimensão material coerente com a natureza, a escala e a intensidade de globalização da economia. Essas articulações, que “apoiam a multiplicação ininterrupta dos objetos, transformam os lugares em alvos de investimentos voláteis e, a cultura em alavanca do lucro.” (RIBEIRO, 2005, p. 266). E é a modernização e a ocupação espacial dos grandes agentes econômicos nacionais e internacionais que são pela sua própria natureza e segundo o modelo de

2. Desde 1975, mais de 16 derramamentos de petróleo já aconteceram na costa brasileira entre vazamento de cargueiro, rompimento de duto, oleoduto e plataformas (IBAMA, 2019).

racionalidade tecnológica, opositores e destruidores dessa economia extrativa e tradicional permeada por um saber único e situado que resiste cotidianamente (SILVA, 2011), os lugares são inseridos em uma rede de relações sociais que são capazes de valorizar a singularidade em meio à totalidade, Santos (1996, p. 273), concebe a ideia de que “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”, ou seja, os lugares e os sujeitos sociais da pesca artesanal atingidos pelo recente evento são agora expressão desse evento passado e que ainda experienciam as incertezas, porém precisam resistir e existir apontando a esperança para o futuro.

## PENSANDO OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA A PARTIR DA PESCA ARTESANAL, SEUS ATORES ENVOLVIDOS E OUTROS DESDOBRAMENTOS

As colônias de pescadores possuem um grau de tecnificação e um grau de organização interna, contudo, não conseguem alcançar o mesmo grau de tecnificação e organização da pesca industrial ou de outros segmentos, como a aquicultura. Por isso, é importante a compreensão de como os dois circuitos da economia urbana (SANTOS, 2009 [1979]), não são homogêneos, mas mesmo assim compartilham do mesmo espaço, deste modo, essa reelaboração, para responder os nossos intentos, requer a compreensão da “correlação entre as atividades econômicas, sociais e culturais e as condições naturais, consequência das oscilações destas e dos graus de sua utilização sobre os aspectos globais e parciais da existência da comunidade” (SANTOS, 2009 [1979], p. 65), isso quer dizer que, de modo geral, acarreta o “estudo das transformações econômicas, sociais e culturais, responsáveis, numa medida variável segundo os períodos, pelas modificações de ritmo na transformação do espaço e pela própria organização deste” (*ibidem*), sendo território usado um híbrido de materialidades, logo, a configuração territorial inclui a natureza herdada e as artificialidades resultantes do trabalho social, ações sociais e a vida social (CATAIA, 2014).

Para tanto, é importante questionar como os eventos e *acontecimentos* transformaram e transformam as práticas espaciais e, como essas transformações fazem com que as práticas espaciais se reorganizem, já que os lugares são por excelência o depositário final dos eventos geográficos, mas para além de “depositários finais”, os lugares também são “produtores iniciais” dos eventos, tanto no sentido de lugares que produzem eventos que tenham como “alvo” outros lugares, mas igualmente que ao receber um evento, os lugares *singularizam* o próprio evento, ou seja, acabam invariavelmente participando dessa produção do evento. O nosso compromisso analítico com os sujeitos sociais da pesca artesanal é apresentado aqui a partir da produção em períodos de incerteza e como a pesca artesanal se integra aos dois circuitos da economia urbana, logo, o conceito de circuito espacial de produção (MORAES, 1985; CASTILLO e FREDERICO, 2010; DANTAS, 2016), é um conceito necessário para uma melhor compreensão numa tradução geográfica e suas implicações socioespaciais

Situamos um conjunto de variáveis capazes de compor a nossa análise sobre o circuito espacial de produção da pesca artesanal de São João da Barra, estabelecendo suas conexões. Entendemos o uso de “circuito produtivo” como uma forma de ilustrar as etapas e os agentes que compõe a produção, a distribuição e a comercialização (atacado e varejo), serviços de apoio (assistência técnica), e consumo final da mercadoria (CASTILLO e FREDERICO, 2010), ou seja, a produção propriamente dita da pesca artesanal que dá face evidente a todo esse processo que permite a nossa análise. A pesca artesanal se realiza por meio de um circuito espacial de produção que envolve a atividade de confecção de rede, produção da própria embarcação, os insumos necessários para conservar o pescado, a técnica de pescar e de maricultura, além da venda a atacado e a varejo e o consumo nos setores de comércio urbano (Silva, 2011), no qual os intermediários, os atravessadores, as peixarias e os supermercados exercem um importante papel para a comercialização – onde situa o devido papel da circulação – do produto final e a sua integração nos dois circuitos da economia urbana.

O espaço geográfico é compreendido nessa pesquisa como um híbrido (LATOURE, 1994; SANTOS, 1996; CASTILLO e FREDERICO, 2010) constituído então pelas “coisas materiais (naturais e construídas social e historicamente) entre si e com as normas (sociais, políticas, jurídicas, econômicas e culturais) que regulam o uso, o acesso e a propriedade dessas coisas” (CASTILLO e FREDERICO, 2010, p. 468). Sendo assim, os instrumentos para a realização da pesca artesanal é uma condição que gera diferenciação dentro da própria cadeia de

produção e, em geral, os pescadores são donos dos meios de produção (DIEGUES, 1983; SILVA, 2015, TIMÓTEO, 2019), ou seja, o barco, a rede, os apetrechos, o isopor para armazenar o pescado até o desembarque e etc., contudo, diversos fatores condicionam as diferenças de renda<sup>3</sup> entre os próprios pescadores de uma comunidade (ambientes aquáticos explorados, o grau de integração ao mercado, sua relação com os agentes mediadores e etc.) ou em um determinado grupo de pesca, assim, o circuito produtivo da pesca se conforma a partir dessas condições técnicas e organizacionais.

Neste ponto é possível encontrar variáveis para tensionar a discussão sobre a conformação da pesca artesanal no circuito inferior da economia urbana e sua distribuição por meio de diversos agentes que agem nos entrepostos do circuito superior da economia urbana a partir da comercialização.

Quando acenamos para a compreensão da precarização das forças produtivas da pesca artesanal, tomamos como conhecimento diversas variáveis, como, as condições ambientais, as condições de navegação, a moradia e a própria pesca. Os trabalhadores da pesca artesanal no geral, vivem em condições de muita pobreza devido à estrutura precária de sua economia e devido à deterioração das condições ambientais [...] e por causa da pressão de ocupação urbana e da modernização espacial feita pelos grandes empreendedores industriais e pelo crescimento de domicílios residenciais” (SILVA, 2011,p.2). Do ponto de vista da sua estruturação, esses pescadores tem em sua prática de comercialização do pescado, uma grande subordinação de intermediários, seus núcleos de trabalhos são pequenos aglomerados de pescadores que vivem difusos ao longo da costa e possui caráter familiar e comunitário (Silva, 2015; Costa, 2019).

O circuito produtivo da pesca artesanal no Norte Fluminense expõe uma dinâmica que possibilita a reflexão sobre os sujeitos sociais da pesca e sua subordinação econômica entre os demais agentes que se constituem no âmbito da comercialização do produto. Entendemos que “[...] poderemos, talvez, contribuir para o necessário entendimento (e, talvez, teorização) dessa relação entre espaço e movimentos sociais, enxergando na materialidade, esse componente imprescindível do espaço geográfico, que é, ao mesmo tempo, uma condição para a ação” (SANTOS, 1996, p. 321).

Os pescadores de São João da Barra, são representados pela Colônia de Pescadores Z2, em que são cadastrados 1.000 associados distribuídos entre pescadores artesanais e catadores de caranguejo (ZAPPES et al., 2018). É a partir da divisão territorial do trabalho na pesca artesanal que se pode compreender mais ou menos a sua articulação produtiva. Com o aprofundamento da divisão territorial do trabalho que se desenha na especialização regional produtiva e no movimento das mercadorias, o circuito espacial de produção se torna fundamental para o entendimento da organização, da regulação e dos usos do território (Santos, 1986; Castillo e Frederico, 2010)

Dados subsidiados pelo Censo Pescarte realizado entre 2014 a 2016, detalham que numa amostragem composta por 343 pessoas de São João da Barra, 81,2% afirmam que sua relação de trabalho é baseada em parcerias<sup>4</sup>, as relações de trabalho caracterizadas em sociedade ou remuneração por produção correspondem a 18,2%, já os pescadores que afirmam receber salário – com ou sem carteira assinada – são apenas 0,6%. O que explica a disparidade dos ganhos entre donos de barcos pescadores, mestres e demais tripulantes é o fato das duas primeiras categorias estarem em uma posição social superior em relação aos demais pescadores. Esta diferença é legítima entre os pescadores e seus fundamentos são tanto em razão da posse dos meios de produção quanto pelo pleno domínio do trabalho subjetivo – o saber-fazer da pesca artesanal – e o conhecimento sobre as dinâmicas locais e a sua relação com a natureza (COSTA, 2019).

A comercialização do pescado na maioria das vezes envolve agentes que não participam efetivamente do processo de pesca, é o caso dos atravessadores, dos varejistas, dos atacadistas e das peixarias que se encontram

3. Segundo dados do Pescarte (2016), a renda mensal média entre os pescadores artesanais de São João da Barra varia entre R\$880,00 a R\$4.400,00.

4. A parceria consiste em uma forma de trabalho não assalariado, em que os trabalhadores não proprietários dos meios de produção (barcos, redes, isopor e demais apetrechos) dividem com o proprietário o resultado do trabalho na pesca. De outro modo, o pescador remunera o proprietário do barco pelo uso dos meios que viabilizam a realização das pescarias.

estritamente nos entrepostos comerciais da produção. Após a captura e o desembarque do pescado, seu destino final é imediatamente a sua comercialização. É fundamental o reconhecimento dos principais agentes que estão envolvidos. Como explica Castillo e Frederico (2010), o reconhecimento das etapas da produção e onde elas se localizam geograficamente é igualmente importante à localização dos agentes que as controla, assim, é possível entender a produção em movimento.

As relações entre os pescadores e os demais agentes são permeadas por imprecisões. A figura dos intermediários é ao mesmo tempo necessária e repudiada, os pescadores artesanais reconhecem que o intermediário é um agente importante para a alocação do produto nos centros consumidores e que neste processo há custos que devem ser remunerados e há a necessidade do lucro. Embora os pescadores reconheçam os riscos aos quais o intermediário se submete ele também é percebido como “alguém que ganha sempre mais que o pescador” (COSTA, 2019).

Para ilustrar o processo de comercialização, informações técnicas do Censo Pescarte (2018) apresenta dados sobre a comercialização do pescado no estado do Rio de Janeiro. Nos meses de maio e junho de 2018, na primeira venda, o valor pago ao pescador pelo atravessador é R\$ 10,00 kg, por sua vez o vendedor, em seu comércio, revende o mesmo produto a R\$ 18,00 o quilo e R\$ 30,00 o pescado beneficiado; já o pescador que vende o mesmo produto em casa e beneficiado cobra pelo quilo do produto R\$ 28,00. No CEASA/RJ<sup>5</sup> o preço médio para esse produto é de R\$ 16,00 o quilo.

Comparados, os preços recebidos pelos pescadores quando vendem para atravessadores, indicam uma diferença de 80% nos preços para o pescado entre o pescador e o consumidor. Um outro exemplo sobre a figura dos agentes mediadores e sua relação com os pescadores é que, 11,8% dos pescadores mestres e donos de barco ao sair para as pescarias já se comprometeram em entregar a produção futura para “seus” atravessadores. Quanto aos termos destes acordos, a maioria deles (77,1%) tratam da fixação prévia do preço do pescado a ser entregue ou a especificação da quantidade a ser adquirida e preço a ser pago por aquela quantidade de mercadoria (COSTA, 2019).

A pesca artesanal não é uma atividade econômica isolada, ela integra as dinâmicas dos dois circuitos da economia urbana pois, possui níveis técnicos, de capitais e organizacionais filiados ao circuito inferior da economia urbana, mas ao mesmo tempo integra o comércio do circuito superior da economia urbana por meio de vasos comunicantes, como as atividades entre a distribuição e consumo por agentes mediadores, por exemplo, as peixarias, os supermercados e os atravessadores, por isso se torna necessário compreender como o circuito produtivo da pesca artesanal se integra à economia política das cidades a partir do seu circuito espacial produtivo local. Assim, de acordo com Dantas (2016, p. 195) “a circulação é a base para o funcionamento do circuito produtivo, é ela que permite as trocas e transferências, que dinamiza os processos e possibilita as interações entre os lugares nos autorizando a falar em circuito espacial”.

Portanto, os agentes que se comportam nos entrepostos comerciais, são em sua maioria, responsáveis pela conexão entre os pescadores artesanais, que estão à montante da cadeia de produção, e os consumidores finais da produção, se que encontram à jusante da produção, realizando a circulação do produto. Essa realidade se figura inicialmente por dois fatores, i) os pescadores possuem um laço de interdependência financeira com esses agentes; ii) a ausência de políticas públicas corrobora para a ausência de um sistema financeiro que atenda as demandas da pesca artesanal. Os agentes possuem capacidade de mudar o valor do produto entregue pelo pescador em detrimento da sua capacidade econômica configurada no circuito superior da economia urbana (Santos, [1979] 2018). Para Costa (2019), nota-se que a inexistência de investimentos em equipamentos públicos ou coletivos de apoio à pesca. Neste caso aplicam-se os mercados de peixe, as fábricas de gelo e salas de beneficiamento, fazendo com que os pescadores artesanais não tenham em suas comunidades alternativas (como o cooperativismo, por exemplo) do que a sujeição às condições de compra determinados por estes agentes.

5. A Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro CEASA-RJ é uma empresa vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

As relações de dependência entre pescadores e atravessadores acontecem porque na maioria dos casos o atravessador é o único agente com capacidade econômica de absorver o pescado local. Essa dependência econômica também pode ser traduzida a partir da capacidade de mobilidade espacial do agente maior, que neste caso se apresenta a partir dos mediadores que se comportam depois da produção, para Castillo (2007), a mobilidade espacial é a capacidade que um agente tem de movimentar-se por meio de alguns tributos como, bens, informações e transporte por meio da sua condição econômica e suas condições geográficas e, a mobilidade espacial dos agentes maiores afeta diretamente a mobilidade dos sujeitos sociais da pesca.

É relevante destacar que nem sempre a produção pesqueira artesanal é absorvida pela comunidade onde os pescadores moram e tão pouco os pescadores possuem contatos e meios próprios para encaminhar sua produção ao Mercado São Pedro/Niterói<sup>6</sup>, CEASA-RJ, CEAGESP, entre outros. Assim, estes trabalhadores acabam optando por destinar suas vendas ao agente intermediário que tem capacidade de comprar e revender todos os dias uma maior quantidade de pescado do que o próprio pescador (COSTA, 2019).

É fundamental reconhecer os principais agentes no circuito espacial produtivo da pesca artesanal bem como a organização das etapas de produção que estão geograficamente dispersas; os agentes que as estimulam também se encontram em localizações diferenciadas, possuindo maior ou menor poder de colocar a produção em movimento (CASTILLO e FREDERICO, 2010). Compreender a reprodução e manutenção da pesca artesanal, os seus processos de mercantilização, seu comportamento no circuito inferior da economia urbana e como ela se integra na economia política da cidade é um árduo trabalho, principalmente como os pescados são incorporados na cidade a partir do consumo ou como o Estado provê bens, recursos e políticas públicas que são necessários à produção.

Para Dantas (2016), a trama relacional entre os lugares, as localizações, os objetos e ações são capazes de explicar a partir de um raciocínio geográfico o circuito produtivo estudado, assim, orientados pelos conjuntos de variáveis e ligações, o resultado da nossa análise permite falar de um circuito espacial produtivo da pesca artesanal, implica na noção de uso do território, isto é "a combinação específica para esse uso é o lugar" (Dantas, 2016, p. 198), de maneira simples, podemos dizer que a pesca artesanal é o uso do território e a especificidade de cada produção é dada pelo lugar (*ibidem*).

## CONCLUSÕES

Analisar a pesca artesanal em contextos atuais se torna uma árdua tarefa para os geógrafos visto o desafio de compreender uma totalidade concreta, na figura do circuito inferior da economia urbana sem ignorar as atividades tradicionais e culturais que permeiam os povos dos mares que enfrentam as sucessivas crises do capitalismo, dessa forma, o derramamento de petróleo traz consigo as incertezas do atual período, afetando diretamente as pescadoras e pescadores artesanais ao longo dos 120 municípios atingidos no litoral brasileiro.

Em São João da Barra é possível apontar as rugosidades entre as técnicas e os eventos geográficos, porque a pesca artesanal, suas localidades, técnicas e embarcações, sobretudo em contextos urbanos, são rugosidades que só pelo fato de existirem, impõem-se como formas de resistência às pressões e formas de modernização que varrem as histórias dos lugares (SILVA, 2011), logo, o evento geográfico que é analisado aqui a partir do derramamento de petróleo é a ruptura e mudança no contexto das localidades de pescadores artesanais nesse conjunto de circunstâncias, daí a necessidade do reconhecimento das ações das pescadoras e pescadores artesanais, é esse sujeito social que produz o território usado (Ribeiro, 2005b).

O compromisso analítico voltado para a economia política associada a pesca artesanal nos ajuda a compreender a apropriação tanto do espaço, quanto dos recursos – neste caso, os saberes e os ambientais –, por isso é possível identificar as disputas dos territórios, as políticas providas pelo Estado e as articulações entre os atores locais. Nosso compromisso de reflexão sobre o circuito produtivo da pesca artesanal e a sua integração nos dois circuitos da economia urbana permitiu salientar: i) a economia da pesca artesanal que é um saber tradicional, é filiada ao circuito inferior da economia urbana a partir das suas características e; ii) os agentes mediadores que se encontram a partir da comercialização do pescado e os próprios pescadores artesanais

possuem uma relação de dependência mútua constituída a partir da subordinação e concorrência, assim, podemos evidenciar as horizontalidades nesse espaço banal (SANTOS, 2000), de maneira que cada agente vai se valer das suas capacidades de técnica, informação e infraestrutura que são intrínsecas as variáveis econômicas.

A articulação da rede urbana e das dinâmicas intraurbanas das cidades litorâneas nos ajudam a elucidar a complexidade das fragmentações da organização da economia da pesca artesanal, e como estas podem ser capazes de acirrar processos de diferenciação espacial e desigualdade no mundo da divisão territorial do trabalho, sobretudo, na hierarquização do trabalho produtivo da pesca a partir de agentes mediadores dentro do circuito espacial de produção da pesca artesanal.

## AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que permitiu dedicação à pesquisa que resultou no presente artigo, por meio do processo 88887.477428/2020-00 Programa Capes – Entre Mares.

## REFERÊNCIAS

ANTIPON, L. C.; CATAIA, M. A. Mercado socialmente necessário e comércio popular de alimentos no centro de Campinas: território, desigualdade e resistência. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 22, n. 3, p. 591-606, dez. 2018. ISSN 2179-0892.

CATAIA, M. Território usado e federação: articulações possíveis. **Educação & Sociedade**, v. 34, n. 125, p. 1135–1151, dez. 2013.

CASTILLO, Ricardo Abid. Mobilidade geográfica e acessibilidade: uma proposição teórica. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 21, n. 3, p. 644-649, 2017.

CASTILLO, R. A.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Revista Sociedade & Natureza**, v. 22, n. 3, p. 461–474, 18 mar. 2011.

COSTA, V. K. As Práticas de Comercialização do Pescado na Pesca Artesanal: uma reflexão sobre a subordinação do pescador artesanal ao intermediário no litoral Norte fluminense. In: Timóteo, G. M. (org.). **Trabalho e Pesca no Litoral Fluminense: Reflexões a partir do Censo do PEA Pescarte**. Vol. 1. Campos dos Goytacazes, UENF/EdUenf, 2019.

DANTAS, Aldo. Circuito espacial de produção e lugar. **Sociedade e Território**, v. 28, n. 1, p. 193-199, 2016.

DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo, Ed. Ática, 1983.

Fundação Joaquim Nambuco. **IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS DA CONTAMINAÇÃO POR PETRÓLEO NAS PRAIAS DO LITORAL DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL**. Relatório Parcial. Setembro de 2020. Disponível em: < [https://www.fundaj.gov.br/images/stories/cieg/Petroleo\\_nas\\_praias/Relatorios\\_de\\_pesquisa/IMPACTOS\\_SOCIOECONOMICOS\\_E\\_AMBIENTAIS\\_NAS\\_PRAIAS\\_DO\\_LITORAL\\_NORDESTE.pdf](https://www.fundaj.gov.br/images/stories/cieg/Petroleo_nas_praias/Relatorios_de_pesquisa/IMPACTOS_SOCIOECONOMICOS_E_AMBIENTAIS_NAS_PRAIAS_DO_LITORAL_NORDESTE.pdf) >.

IBAMA. **Manchas de Óleo no Litoral Brasileiro**. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. 2019. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/manchasdeoleo/>> Acesso em: 20 de mar. de 2021.

LATOURE, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

MONTENEGRO, M, R. **Globalização e pobreza no Brasil metropolitano: o circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – USP, São Paulo.

RIBEIRO, A. C. T. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: SILVA, C. A. (Org.). **Formas em crise: utopias necessárias**. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2005a.

- RIBEIRO, A. C. T. Outros territórios, outros mapas. **Osal**, v. 6, n. 16, p. 263-272, 2005b.
- SANTOS, M. Circuitos Espaciais da Produção: um comentário. In: SOUZA, M. A. A.; SANTOS, M. (Org.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986. p. 121-134.
- SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004. 440 p. (1a. ed. 1979).
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.
- SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.
- SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade**: o caso de São Paulo. São Paulo: EDUSP, 2009.
- SILVA, C. A. da. Economia política do território: desafios para pensar a metrópole. In: SILVA, C. A. (Org.). **Território e ação social**: sentidos da apropriação urbana. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.
- SILVA, C. A. Circuitos produtivos da pesca artesanal no Rio de Janeiro – Brasil: desafios e contextos. **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial EGAL, año 2011. ISSN-2115-2563
- SILVA, C. A. **Política pública e território**: passado e presente da efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- SILVA, S. (2019). O circuito espacial de produção do petróleo e o círculo de cooperação: uma leitura da dimensão política da urbanização. **GEOUSP Espaço E Tempo (Online)**, 23(2), 307-321.
- SILVEIRA, M. L. Da pobreza estrutural à resistência: pensando os circuitos da economia urbana. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), 2010.
- SILVEIRA, M. L. Geografía y formación socioespacial: por un debate sustantivo. **Estudios Socioterritoriales. Revista de Geografía**, v. 2, n. 16, p. 28, 2014.
- SILVEIRA, M. L. Metrópolis brasileiras: un análisis de los circuitos de la economía urbana. **Revista Eure**, Santiago, v. XXXIII, n. 100, p. 149-164, dic. 2007.
- TIMÓTEO, G. M. Trabalho e Trajetória Profissional do Censo Pescarte 2016: um Olhar sobre a Formação do Trabalhador da Pesca Artesanal do Litoral Fluminense. In: Timóteo, G. M. (org.). **Trabalho e Pesca no Litoral Fluminense**: Reflexões a partir do Censo do PEA Pescarte. Vol. 1. Campos dos Goytacazes, UENF/EdUenf, 2019.
- ZAPPES, C.; DA COSTA, P.; DI BENEDITTO, A. P. M. Percepção de pescadores do norte fluminense sobre a viabilidade da pesca artesanal com a implantação de megaprojeto portuário. **Boletim do Instituto de Pesca**, v. 42, n. 1, p. 73-88, 2018.